

## DUTRA, HUME E GOODMAN

JOÃO PAULO MONTEIRO

*Universidade de S Paulo*

Em meio a safra de jovens filósofos que o Brasil esta tendo a sorte de ver aparecer, Luiz Henrique Dutra e sem duvida um dos mais brilhantes e de leitura mais estimulante. Saindo da matriz de historia da filosofia que nos marcou a todos, em nossa formação na Universidade de S Paulo, soube estender seu esforço investigativo à discussão de temas atuais, como este da indução que o ocupa no primeiro numero da revista *Principia*, em boa hora surgida — e o que e tambem muito importante fora de S Paulo

Elemento central no artigo e a proposta de substituição da problematica classica da indução por uma outra cuja proximidade da proposta de Goodman em *Fact, Fiction and Forecast* (1983) e reivindicada pelo autor. No quadro de uma “pragmatica da investigação” de inspiração cetica, a inferencia indutiva deveria ser discutida apenas como hipotese consolidada ou “entrincheirada” na pratica coletiva e historica da busca do saber (“Ceticismo e Indução”, em *Principia*, vol 1, n 1, 1997, p 158 *et al*). Retoma-se assim o espirito goodmaniano de uma dissolução do problema da indução, passível de ser apresentada como racionalmente preferível as vãs tentativas de solução do celebre “problema de Hume,” como desde Kant tambem e chamado. Vejamos se o texto humeano se deixa assim dissolver

A ossatura desse texto revela sua dureza e resistência a essa tentativa ao apresentar o problema da inferencia não-demonstrativa (que Hume chamava apenas “causal,” e

nunca “indutiva”) como questão problemática para um sujeito que e *construído* pelo filósofo e assim não e mais o simples sujeito empirico cujos atos cognitivos podem ser constatados por qualquer um. Em sua versão definitiva (*An Enquiry concerning Human Understanding* (EHU) V, 1, 35), a filosofia humeana analisa o problema da inferencia causal começando por perguntar como ela seria possível para um “sujeito primevo”, um ser humano plenamente formado mas que somos convidados a imaginar que jamais teve experiência alguma, antes de sua primeira inferência causal. E para este sujeito e apenas para ele que possui validade a maior parte da argumentação epistemológica humeana.

Dutra menciona este “Adão primevo,” mas para logo depois acrescentar que “Hume pretende que o problema levantado por ele diga respeito a nossa visão comum da natureza” (pp 151, 152). Penso que isto e correto, mas não no sentido de sua solução se aplicar direta ou simplesmente a essa visão comum, que so pode ser a do homem comum realmente existente. A solução humeana aplica-se, diretamente, apenas a esse “sujeito teorico e abstrato” que e sua invenção do “Adão primevo.” Para este sujeito teoricamente construído, afirma Hume que a inferência causal so pode ser ocasionada pela observação de conjunções repetidas — tese bem conhecida mas que importa frisar que e exatamente esta a inferência deriva *exclusivamente* da observação de conjunções repetidas. Não apenas são irrelevantes as observações não-repetidas, como igualmente o são as isoladas ou soltas, que não são observações de conjunções. Repetição e conjunção são ambas condições necessarias da inferência causal. Se são condições conjuntamente suficientes e difícil dizer não basta qualquer repetição, esta tem que ser “suficiente” — e *quanto* e aqui o suficiente e questão jamais resolvida por Hume, ou alias por qualquer outro filósofo.

A filosofia humeana esclarece, embora de maneira excessivamente breve, que para os sujeitos empíricos, realmente existentes, ou seja, os homens comuns, e possível proceder a inferências causais a partir da observação de conjunções apenas *singulares*, sem repetição alguma (ver meu “Hume e a Inferência Singular,” em *Discurso*, nº 23, 1994) Mas para o sujeito primevo não ha essa possibilidade não possuindo ele quaisquer estruturas cognitivas capazes de subsumir e interpretar as conjunções singulares, estas são sempre para ele vazias de significado causal Para ele, toda conjunção observada sera tida como casual e fortuita, incapaz de gerar qualquer inferência causal (ver a este respeito meu “Indução, Acaso e Racionalidade”, em *Manuscrito*, vol XVII, n 1, 1994)

Veja-se o texto humeano, em tradução literal “nem e razoavel concluir, apenas porque um evento precede outro, apenas em um caso, que portanto um deles e a causa e o outro o efeito Sua conjunção pode ser arbitraria e casual” (EHU, V, 1, 35) Se Hume assinala que tal conclusão não e razoavel, para esse sujeito, perante uma conjunção singular, e pelo menos plausivel que para ele seja razoavel que de uma conjunção repetida se extraia uma conclusão causal O problema de Hume e portanto tambem uma questão de razoabilidade de nossas inferencias, seja o que for que alem disso esse problema seja tambem Se Hume tem ou não uma resposta para a pergunta sobre *como* podemos decidir acerca dessa razoabilidade e outra questão, nitidamente distinta da de saber se a problematica humeana da inferência causal tem ou não a ver com a razoabilidade, que hoje tambem chamamos *racionalidade*

Essa problematica e portanto a das decisões cognitivas razoaveis de um sujeito primevo no terreno da predição

— pois e para fazer previsões que eminentemente servem as inferências causais, apesar da importância de seu papel explicativo. Depois de ter mostrado (EHU IV) que as inferências causais não podem ser derivadas da, nem justificadas pela razão demonstrativa (ou dedutiva) — são as “dúvidas céticas acerca das operações do entendimento” do título da seção — Hume vem defender que elas são, para um “sujeito puro,” derivadas da observação de conjunções repetidas, e so se justificam se assim se derivarem da experiência. “Justificam” no sentido de serem razoáveis, não no sentido de poderem ser defendidas por argumentos dedutivos, o que notoriamente não podem ser. Que Hume não nos ofereça qualquer teoria acerca da origem daquela racionalidade em cujo interior e razoável tirar conclusões causais a partir de conjunções repetidas e outra questão, muito diferente da de identificar corretamente sua teoria da inferência causal. A ausência da primeira não justifica (agora dedutivamente) que se cometam erros na interpretação da segunda.

Antes de Dutra (e Popper), já a Hume ocorre chamar “conjeturas” as inferências causais, mesmo as dos animais (EHU IX). Mas para ele tais “hipóteses causais” são válidas se forem assentes em conjunções repetidas ou então (para os sujeitos empíricos que já tiveram uma grande quantidade de experiências) se derivarem da observação de conjunções singulares passíveis de serem incluídas em esquemas especiais que tal permitam (ver meu “Hume e a Experiência Singular”). Em qualquer caso, a razoabilidade só pode ser atribuída às inferências que têm um ponto de partida na observação de repetições. O ponto de vista da “consolidação” goodmaniana adotada por Dutra pode legitimamente ser acrescentado a chamada “problema da indução,” mas não com a pretensão de resolver problemas que Hume teria deixado em aberto. Nos seus próprios termos, a resposta adequada e a resposta humeana

Não me parece haver lugar para acusações como esta de Dutra, que “devemos conferir a Hume o que e seu, e atribuir-lhe a culpa de ter trazido para a epistemologia um problema aparentemente insolúvel,” etc (pp 141-2) Hume não veio trazer para a epistemologia a “tarefa aparentemente impossível” de “justificar as inferências indutivas,” nem alguma vez sustenta que “e preciso duvidar mesmo das regularidades observadas sem exceções” (p 143) Para Hume, o que e proprio dos sabios e terem crenças proporcionais as evidências de que dispõem (EHU X), não uma recusa sistemática de acreditar no que quer que seja Hume não apresenta sequer algo parecido com uma dúvida metódica, mas apenas uma análise da inferência causal que mostra a impossibilidade de sua prova dedutiva, sem abrir qualquer janela para uma imaginária e quimérica “prova indutiva”

E legitima a argumentação goodmaniana, tal como e legitimo enriquecer a problemática da indução discutindo varios de seus aspectos no quadro de uma pragmática da investigação Mas essa legitimidade perde-se a partir do momento em que se pretende “salvar” o conhecimento da ameaça do ceticismo humeano Tal ceticismo, como aqui e em outras publicações procuro mostrar (ver meu *Hume e a Epistemologia*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1984), jamais existiu, como atitude global desse filosofo acerca do conhecimento humano

O que ha no caso da concepção humeana da inferência causal e simplesmente uma especie de “ceticismo em relação a razão” (cf Hume, *A Treatise of Human Nature*, I, iv, 1), quando esta e tomada como principio explicativo da inferência E mesmo esta ultima, enquanto inferência, não recebe da filosofia humeana qualquer ameaça, apenas uma explicação mais satisfatoria do que as anteriores, desde as

dos medievais ate as dos leibnizeanos, passando pelo empirismo de Locke. Uma explicação que sem duvida e de molde a exasperar os fanaticos da razão, os fundacionistas ou fundamentalistas do nosso tempo. Mas que deveria ser aceitavel para aqueles que, defendendo um ceticismo aletico, alinham no campo da racionalidade conjeturalista, junto com Popper, Quine e o proprio Goodman. Ou seja, dos que desenvolvem, na senda de Peirce, a intuição falibilista que talvez tenha em Hume um de seus pontos de arranque, a ideia de que todo o nosso conhecimento e formado por hipoteses ou conjeturas. Creio ser este o caso de Luiz Henrique Dutra. Creio tambem que, partindo dessa perspectiva filosofica, uma das principais tarefas a empreender é a descoberta do que pode legitimamente tornar algumas conjeturas mais racionais do que outras. Incluindo as hipoteses causais — e creio não haver bons argumentos para negar a Hume o merito de ter insistido no papel da repetição como elemento dessa legitimidade.